



VILA REAL STº ANTONIO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

## **ACTA N.5/2011**

*Aos dois dias do mês de Maio do ano dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, em Vila Real de Santo António, na Biblioteca Municipal, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor **Eduardo Luís Silva Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal, comigo **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, primeiro secretário, **José Domingos Teixeira Pires**, segundo secretário, e os membros eleitos, **Maria do Rosário Papafina Proença**, **José João Calvinho Corvo**, **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança**, **Miguel Moreira da Costa**, **Sandra Cristina Carvalho Madeira**, **Maria de Lurdes Lopes**, **Maria da Conceição Freitas Henrique Granado**, **Victor Manuel Fernandes Rosa**, **Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança**, **Pedro Ribeiro**, **Manuel da Conceição António**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Luís Miguel Guerreiro Romão**, pelo P.S.D; **Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro**, **João José da Costa Ribeiro**, **Vítor José da Cruz Pereira**, **Carina Rosado** pelo P.S. e **José Estêvão Correia da Cruz**, **Luís Manuel Negrão Vargas** pela CDU.*

*Conforme Edital Convocatório de 27 de Abril de 2011, reuniu em sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.*



**ABERTURA DA SESSÃO** – verificando-se a presença de todos os membros.

**SUBSTITUIÇÕES** – Pedido de substituições da bancada do PSD, Fernando Serina, Andreia Machado, substituídos por Pedro Ribeiro.

Pedido de substituições da bancada do PS, Luís Fernandes, substituído por Carina Rosado.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;
2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE RESPONSABILIDADE GERACIONAL; CONSUBSTACIADO NUM PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;



## **1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES**

*= O Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Sr. Primeiro Secretário Alexandre Drago para presidir a Sessão visto estar a sentir uma ligeira indisposição.*

*O Sr. Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e ao Dr. Nuno Marques, Chefe da Equipa Multidisciplinar de Gestão Territorial e Urbana da Câmara Municipal, para prestarem esclarecimentos sobre os requerimentos apresentados à Câmara Municipal pelo Sr. Feliciano Gutierrez, e cujo assunto tinha sido abordado pela bancada do PS na anterior Sessão Ordinária.*

*A bancada do PS apresentou um requerimento à mesa da Assembleia Municipal.*

*O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a aceitação do requerimento à votação.*

*O requerimento apresentado pela bancada do PS não foi aprovado.*

*Com: 18 votos contra da bancada do PSD.*

*6 votos favoráveis, 4 da bancada do PS e 2 da bancada da CDU.*

## **2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE RESPONSABILIDADE GERACIONAL; CONSUBSTACIADO NUM PLANO DE DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;**

*Após os esclarecimentos prestados pelos técnicos que participaram na execução do plano de saneamento financeiro, intervieram os Srs. Deputados Municipais, Victor Cruz, Carina Rosado; José Cruz, Carlos Lança, Messias Carvalho,*

António Cabrita, O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente Câmara Municipal.

O Sr. Deputado Victor Pereira referiu que o PS, no último mandato, sempre alertou para o crescente agravamento da situação financeira deste Município. O deputado frisou também, que veio a verificar-se que o Partido Socialista tinha razão, através deste Plano de Responsabilidade Geracional, ao qual as gerações mais novas ficam comprometidas com o seu futuro. Disse também que com este plano, a autarquia assume por completo que há uma situação financeira desorientada e que só assim nos dão a razão.


A Deputada Carina Rosado reforçou a ideia do colega de Bancada.

Ainda solicitou alguns esclarecimentos sobre as contas apresentadas aos Senhores Deputados, dívidas, receitas e transferências de receitas da Administração Central.

O Sr. Deputado José Cruz interveio no sentido da Declaração de voto entregue pela Bancada da CDU e anexa a Acta.

O Sr. Deputado Carlos Lança disse que temos de ter uma memória razoável, as obras quando são lançadas, os pagamentos são faseados o que vai depois levar alguns anos para acabar de pagar. É evidente que foram feitas grandes obras por este executivo. Quando se faz o planeamento de uma obra destas é certo que tem de se fazer empréstimos e nessa altura ninguém ia prever que iria haver uma crise financeira global. O Sr. Carlos Lança ainda disse que a Câmara de Vila Real de Santo António está endividada, como estão as empresas e as famílias. Se compararmos a dívida da Câmara em termos comparativos, ela é muito menor que a dívida do próprio estado.

Lamento que se tenha relacionado a SGU com o "princípio do fim da civilização", como foi dito nesta Assembleia. Recordo que a SGU é detida a 100 % pela Câmara Municipal, sendo o presidente comum às duas entidades, logo não percebo porque se diz existir falta de controlo na SGU.

  
*O Sr. Deputado Messias Carvalho disse que estava em sintonia com o Deputado Carlos Lança. Desequilíbrio não é descontrolo. Isto é pura demagogia. Até parece que este executivo durante estes cinco anos anteriores não andou a fazer nada. Mas fez obras que foram necessárias ser feitas obras, obras que foram prometidas e nunca executadas. Este executivo foi o primeiro a ter coragem a realizar. O PS não se pode esquecer que algumas destas dívidas foram contraídas pelo PS. Mas é este executivo que está a pagar.*


*O Sr. Deputado António Cabrita pediu palavra para prestar esclarecimentos no sentido da Declaração de voto entregue pela Bancada.*

*Ainda sobre este ponto o Sr. Vice- Presidente deu exemplo da construção da Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António arrastou-se durante alguns anos. A Câmara Municipal, no início do anterior mandato, apanhou este processo para a construção, por cinco meses, uma empreitada que um ano depois ainda estava parada, pelos graves problemas financeiros da empresa. Dai que o processo tenha vindo a ser arrastado durante anos.*

*O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que pode haver pontos de vista diferentes mas o P.S. não pode querer vir dar lições de seriedade a mim. Pelo que lamenta as afirmações da Bancada do P.S.*

*Parece que o Partido a nível local não é o mesmo que a nível nacional, pois esquece-se das promessas que foram feitas pelo Governo e não cumpridas.*

*Este processo apresentado é uma antecipação da Câmara Municipal, pois sabem que as Câmaras Municipais, no futuro, terão que recorrer a processos de saneamento financeiro. Também não convém esquecer que a dívida da Câmara Municipal, sustentada por uma auditoria é de cerca de 21 milhões de euros. A este valor deve acrescentar-se indemnizações que a Câmara Municipal tem que pagar processos em Tribunal. No total são cerca de 35 milhões de euros de dívidas, daí este pedido de empréstimo de 50 milhões de euros. O empréstimo é para pagar dívidas mas também para auxiliar a economia local e criar uma*

fonte de capacidade de investimento nos próximos anos. Por fim, o  Presidente disse que "este executivo é sério e tem sentido de responsabilidade e pauta os seus procedimentos pela responsabilidade."

A Deputada Carina Rosado solicitou a palavra para defesa da honra, disse que não põe em causa a seriedade das pessoas e não ofende ninguém. Foi mal entendido. Disse que limitou-se apenas a fazer constatações ao Plano.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

A bancada do PSD, do PS e da CDU entregaram declaração de voto.

Com:

18 votos favoráveis do PSD,

4 abstenções da bancada PS.

2 votos contra da bancada da CDU

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

### **3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**

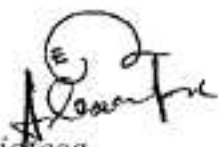
Não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

O documento foi apreciado.

#### **Período de intervenção do público**

Interveio o Sr. José Veia e o Sr. Constantino Alexandre.





*O Sr. José Veia manifestou o desagrado da Reunião ser realizada na Biblioteca Municipal. Ainda solicitou alguns esclarecimentos sobre os temas apresentados. O qual foi informado que não poderia intervir nesse sentido.*

*O Sr. Constantino Alexandre solicitou esclarecimentos sobre a manutenção e limpeza sobre o Bairro onde ele reside.*


*O Sr. Presidente da Câmara Municipal informou que não era da competência da Câmara Municipal, mas iria ter em atenção e efectuar o solicitado.*

*E de tudo, para constar, se lavrou esta acta sob forma de minuta, que foi aprovada por unanimidade, que refere ao texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta.*

*Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas.*

*O Presidente da Assembleia Municipal*

*O Primeiro Secretário*



# REQUERIMENTO

refido  
18 votos contra 25 D  
6 votos favor 25 + C D D  
Alexandre

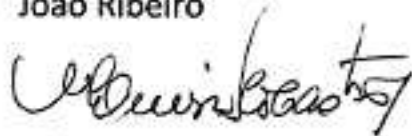
Ex- Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

Tendo em conta a importância e a relevância do ponto da ordem de trabalhos denominado Plano de Responsabilidade Geracional Consubstanciado num Plano de Saneamento Financeiro do Município de Real de Santo António, a bancada do Partido Socialista requer a V. Exa. que ao abrigo do preceituado no Art. 24.º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António seja considerada desde logo uma segunda ronda de tempos de intervenção a conceder a cada bancada e à presidência da Câmara.

VRSA, 2-5-2011.

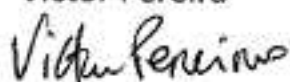


João Ribeiro



Luísa Currito

Victor Pereira



Carina Rosado





## DECLARAÇÃO DE VOTO

Com o rigor que tem caracterizado a nossa gestão e a verdade como bandeira, acabámos de aprovar nesta Assembleia Municipal o Plano de Responsabilidade Geracional a aplicar pela nossa Câmara Municipal.

Como pudemos verificar a dívida da nossa autarquia é de 60M€ e não 112 M€ - como refere o PS.

Estes dados têm em conta o resultado directo da nossa gestão e a dívida que herdámos quando chegamos à autarquia, que foi orçada em 25M€.

E, não tivesse sido a forte crise, quase bancarrota em que o PS mergulhou todo o nosso País e os números apresentados seriam totalmente diferentes.

Temos uma actividade camarária de que nos orgulhamos, pois temos gerido os destinos do nosso concelho, defendendo uma política de proximidade com as populações do nosso concelho, onde a solidariedade e a fraterna sensibilidade social com que temos tratado os graves problemas que as afligiam, tem sido um objectivo de que jamais abdicaremos.

Estamos conscientes que esta política de proximidade - bebida na génese de políticas sociais e para os cidadãos, reveladoras do carácter humanista que preside às nossas decisões, crie engulhos à oposição, nomeadamente ao PS local, o qual tudo faz para descredibilizar a actividade do executivo camarário. Para o PS tudo vale, não hesitando em recorrer à mentira e à calúnia, sempre e quando isso possa dar-lhe alguma atenção.

Mas, como tudo quanto é mentira tem vida curta, hoje verificamos que os números da dívida defendidos pelo PS, não passavam de uma feia mentira.

Assim, com a apresentação deste Plano à Assembleia Municipal, caem por terra - meses, diríamos mesmo, anos de encenação grosseira, de calúnia pura e dura desenvolvida pelo PS local.

Convém igualmente referir que o património da autarquia é hoje de cerca de 250M€, o que faz com que estejamos perante uma gestão cuidada e cuidadosa, devidamente suportada, conforme pode ler-se nos relatórios das contas do município auditadas pelos Revisores Oficiais de Contas.

Se fosse uma empresa privada estávamos na presença de uma empresa pujante, exemplarmente gerida e com resultados de inquestionável robustez económica e financeira.

O Povo, a quem se dirige a nossa política percebe e compreende perfeitamente o rigor da nossa gestão e os seus objectivos, mas já não



compreende o ódio pessoal com que o PS combate a política autárquica.

Queremos deixar claro, que não nos deixaremos enredar no lamaçal politiqueiro em que o PS pretende lançar o dia-a-dia do nosso concelho, e assim desviar as nossas forças na resolução concreta dos problemas concretos das populações do nosso concelho.

Seguiremos o nosso caminho, fiéis aos nossos princípios, á verdade e á transparência dos nossos actos, mantendo a todo o custo a reconciliação com a nossa terra e afastando a guerrilha e a crispação em que o PS tinha lançado o nosso concelho num passado recente e em que parece insistir, apesar de ver diariamente o repúdio da população.

Em suma:

- O PSD discorda da política de "bota abaixo" do PS.
- O PSD discorda da política contrária á manutenção dos postos de trabalho municipais e manterá as suas políticas sociais.
- Aos que não votaram favoravelmente o Plano, fica a responsabilidade moral de não terem contribuído para o pagamento de montantes em dívida aos empresários locais.

Vila Real de Santo António, 2 de Maio de 2011

21

O Grupo Parlamentar Municipal do PSD

## **CDU - Coligação Democrática Unitária**

Vila Real de Santo António

### **Declaração de voto**

Propõe a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António à Assembleia Municipal, a contração de um empréstimo de médio e longo prazo, para saneamento financeiro, uma vez que se encontra em situação de **desequilíbrio financeiro** que classifica de conjuntural, no valor aproximado de 50,8 milhões de euros, pelo prazo de 12 anos. Este empréstimo destina-se à cobertura das dívidas do município a terceiros e fornecedores, acumulada à data de 31 de Dezembro de 2010.

Consubstancia um Plano de Responsabilidade Geracional, eufemismo que significa que, anualmente, os habitantes do concelho de Vila Real de Santo António, vão ter a despesa do município agravada em 6 milhões de euros, para pagamento das prestações e dos juros deste financiamento.

O deslize financeiro ficou a dever-se fundamentalmente ao empolamento das receitas, criando a ilusão de suficiência e a assunção de compromissos, aumentando as responsabilidades do município, sem correspondente entrada dos recursos financeiros, prática que a CDU sempre denunciou em todas as sessões de apresentação de orçamentos irrealistas e de contas de gerência que apontavam para estas mesmas conclusões.

A CDU não está de acordo com este empréstimo, por razões fundamentais.

Há bem pouco tempo deu o seu voto favorável a um empréstimo destinado a pagar as dívidas que a câmara havia contraído junto dos fornecedores a quem já devia há muito e as coisas não melhoraram.

Este novo empréstimo esgota em definitivo, para os próximos doze anos, a capacidade da autarquia fazer outro da mesma natureza;

Durante os próximos anos pode manter-se o desequilíbrio estrutural, a ser coberto por um plano de austeridade associado e se traduz num conjunto de cortes, designadamente:

- a redução do capital da SGU em 12 milhões de euros;
- a redução dos postos de trabalho;
- diminuição dos subsídios e transferências para os clubes e associações em 50% em 2011 e 25% em 2012;
- redução de atividades que a autarquia não considerar prioritárias;
- aumento de taxas e impostos designadamente o IMI, com a reclassificação do valor venal dos prédios;

Apesar de o relatório reconhecer que o desequilíbrio estrutural do município de Vila Real de Santo António se deve a uma mudança de paradigma do seu desenvolvimento, com a extinção das atividades produtivas tradicionais, insiste-se num modelo com base no turismo e no sector imobiliário, das valorizações fundiárias para arrecadar receitas, a que chama **plano estratégico de gestão urbana avançada**, sabendo-se que, por si só, o urbanismo não é determinante no desenvolvimento, mesmo no caso de Vila Real de Santo António, com toda a sua riqueza de património histórico classificado.

O plano estratégico continua a querer gastar dinheiro na promoção da ideia de afirmar Vila Real de Santo António como a porta de entrada de Portugal,

quando os fluxos de estrangeiros se fazem pelo aeroporto de Faro, pela Ponte Internacional do Guadiana e A22, pelos cruzeiros marítimos de Portimão e infelizmente continuamos com a barra assoreada.

Fazer passar a estratégia de Vila Real de Santo António por questões que até agora se revelaram como retórica, ao fim destes anos de mandato do PSD, não resolverá o problema do deficit da estrutura orçamental. Atente-se na proposta de "dinamizar o desenvolvimento das potencialidades lúdicas, culturais, comerciais e turísticas da área de intervenção" ou "requalificar e programar o crescimento urbano e requalificar a estrutura funcional" ou "definir a estrutura verde possível", já por demais apresentadas em PowerPoint" nos barracões de lona da praça, para abrilhantar visitas ministeriais ou comemorações oficiais.

Depois, o desenvolvimento da estratégia, bem de acordo com o modelo da direita liberal, passa pela "adoção de um modelo institucional assente na "Sociedade de Gestão e Reabilitação Urbana, — supõe-se que a SGU — dotada de um corpo regulamentar totalmente vocacionado para a reabilitação e regeneração urbana", afastando cada vez mais os eleitos e apontando cada vez mais a gestão da coisa pública pelo sector empresarial, socializando prejuízos.

Um plano estratégico onde se afirma que "a atividade a desenvolver pela atividade empresarial implica necessariamente a aplicação de recursos públicos. E mais cru, ainda: "De facto, a atuação segundo os padrões de interesse económico geral acarreta a não recuperação total dos encargos de exploração"

Ficam assim demonstradas as razões pelas quais os eleitos da CDU vão votar contra este empréstimo, deixando à maioria absoluta do PSD a inteira responsabilidade pela gestão deslizando que tem assumido ao longo deste mandato.

A CDU também recebeu em 1994 uma herança muito pesada de dívidas provocadas pelo facto do Partido Socialista, no fundo, ter realizado uma política estrategicamente semelhante àquela que hoje realiza o PSD.

Com a CDU, ao fim de quatro anos, sem deixar de fazer obras, liquidar os compromissos assumidos, incluindo os da gestão anterior, e apolar os clubes e associações, os fornecedores da autarquia estavam a receber a sua faturação a 30 dias. Tal só voltará a suceder quando o povo do concelho nos voltar a escolher para governar a Câmara Municipal.

Vila Real de Santo António, 2 de Maio de 2011

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Carlos Manuel Santos', is written below the date. The signature is stylized and cursive.



## Declaração de voto

A bancada do PS vota em abstenção neste ponto porque sabe que é legal conforme o artigo 40<sup>º</sup> da lei de Finanças locais a CM poder contrair empréstimo de médio e longo prazo para saneamento financeiro quando se encontre em situação de desequilíbrio financeiro conjuntural – elevada dívida que se situa em cerca de 60 ME, montante que se tornou insustentável à luz da prática do que deve ser uma boa gestão financeira.

Também porque é um instrumento financeiro obrigatório que a CM deve propor e a assembleia municipal aprovar, ou seja, a única saída para este grave problema :

desiquilíbrio financeiro conjuntural

ultrapassagem do limite de endividamento líquido total do município

existência de dívidas a fornecedores de montante superior a 40% das receitas

um rácio dos passivos superiores em percentagem a 200% da receita total

as dificuldades de tesouraria na solvência de compromisso e obrigações assumidos pela CM

um aumento significativo da dívida a terceiros (2007- 2010) de cerca de 7,5 milhões para 50,9 milhões aumento de cerca de 572%

Em suma, o aumento exponencial desta dívida a terceiros por falta de liquidez da autarquia é o motivo principal pelo qual este plano de saneamento financeiro foi elaborado.

Considerando tudo isto o PS não pode ficar indiferente à necessidade deste plano vir solucionar em parte o endividamento da CMVRSA que aumentou o seu passivo para valores o mais elevado de sempre.



O PS está consciente que este plano financeiro não retira a dívida da CM, pelo contrário aumenta-a e hipoteca o futuro das próximas gerações, onde não ficará possibilidade futura de investimento no concelho com este nível actual de endividamento, mas os fornecedores e clubes ficarão mais aliviados do grave problema em que se encontram.

Situação actual que se deve única e exclusivamente ao sr. Presidente da CM e seu executivo.

Os membros da bancada do partido socialista

João Figueira  
Celso Soares  
Vitor Pereira  
Rosa

---